

Remédios são prioridade

João Luiz Marcondes
Da equipe do Correio

O novo secretário de Saúde do Distrito Federal assume amanhã o posto para enfrentar o que ele mesmo classifica como “a maior crise da história do setor no DF”. Justificar as palavras do sindicalista Arnaldo Bernardino não é difícil. O último a tomar conta da pasta, o diretor do Hospital de Base Aluisio Toscano, sucumbiu depois de apenas seis meses em que acabou soterrado por reclamações, denúncias e insatisfação geral dos usuários. Problemas, diga-se de passagem, herdados de administrações anteriores.

A maior das urgências (são muitas) é estabilizar a distribuição de remédios à população na rede pública do DF. Na última visita de representantes dos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia (CRM e CRF) e Ministério Público à Farmácia de alto custo do GDF, constatou-se o déficit de 265 drogas essenciais.

A situação é tão grave que a única esperança para muitos pacientes é a intervenção da Promotoria dos Direitos dos Usuários do Sistema Único de Saúde, o ProSUS. Por duas vezes, nos últimos meses, o promotor Jairo Bisol intimou o secretário a liberar os medicamentos para os hospitais da rede. “A despeito da intervenção

da promotoria, as pessoas estão morrendo por falta de medicamentos. O ex-secretário tem a obrigação de justificar em público como gasta os R\$ 700 mil mensais repassados pelo governo federal”, sugere Bisol.

Três técnicos do Ministério da Saúde iniciaram na última semana uma auditoria na Secretaria de Saúde do Distrito Federal para descobrir onde foram parar os medicamentos da farmácia pública. A investigação começou com uma inspeção feita à pedido do ministro da Saúde, Barjas Negrí. E virou auditoria porque já há indícios de irregularidades. A equipe tem uma semana para aprontar um relatório e entregar ao ministro da Saúde.

Corre também na Justiça Federal um processo que acusa o GDF de superfaturar licitações nas compras de remédios. Segundo relatório do CRE, endossado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da República, chegou-se a pagar até 328% mais caro por medicamentos com similares no mercado.

Mas não é só isso. O Hospital de Base (HBDF), outrora centro de referência no atendimento em todo Centro-Oeste, está sucateado. Metade das máquinas da oncologia (usadas no tratamento de câncer) estão quebradas ou funcionando precariamente. Cirurgias cardíacas fo-

Nehil Hamilton



BERNARDINO (D) COM SEU ANTECESSOR, TOSCANO: “A CRISE É MAIS GRAVE DO QUE IMAGINAVA, É UM BURACO SEM FIM”

ram suspensas por falta de equipamentos. O pronto-socorro trabalha com respiradores que estão ali há mais de vinte anos. O Ministério Público e a Polícia Civil, inclusive, investigam mortes supostamente causadas por estes respiradores, que param de funcionar sem aviso, podendo ocasionar asfixia no pacien-

te, que raramente tem ao seu lado um enfermeiro de prontidão.

Tudo isso está documentado em relatórios do Ministério Público, ou, no caso do HBDF, em memorandos dos próprios médicos do órgão. Como se não bastasse, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mandou fechar o setor de hemodiálise do

Hospital Regional de Taguatinga este mês. O motivo é o mesmo de sempre: aparelhagem inútil que causa risco aos doentes.

Para remediar a crise, Bernardino criou o que chama de grupo especial de apoio ao secretário de Saúde. São sete representantes de vários setores da sociedade (sindicatos, hospitais,

governo) que estiveram reunidos com ele durante três horas na manhã de ontem no HBDF. “Espero que em 120 dias este grupo esteja obsoleto e tenhamos resolvido o que há de mais urgente”. No caso, o que ele considera mais importante é distribuir remédios. O secretário espera que até a próxima sexta-feira esteja concluído um processo da Central de Compras do GDF para aquisição de R\$ 12,5 milhões em medicamentos.

Para sanar outros problemas, ele pede uma injeção imediata de R\$ 25 milhões “vindos não sei de onde” a fim de acalmar as turbulências de sua pasta nos próximos 45 dias.

Nascido em Patu, Rio Grande do Norte, ex-presidente do sindicato dos médicos do DF, candidato derrotado a deputado distrital pelo PL com mais de seis mil votos (é suplente), Arnaldo Bernardino Alves, aos 40 anos de idade, é o homem com o abacaxi nas mãos. Na última sexta-feira, mal havia recebido a notícia de Joaquim Roriz que seria o novo secretário de Saúde e, às 20h30, um oficial de Justiça bateu à porta de sua casa com uma intimação para que comprasse remédio para um doente de câncer. Confira os principais trechos da entrevista ao **Correio** na manhã de ontem:

■ COLABOROU LILIAN TAHAN

O QUE ELE DISSE

O TAMANHO DA CRISE

“Depois da reunião de hoje (ontem) chegamos à conclusão de que a crise é maior do que se esperava. Não há um setor da secretaria de Saúde que não esteja endividado. A rede está toda sucateada. Faltam medicamentos, há equipamento cirúrgico com 14 anos de uso. No Hospital de Base, há uma ambulância funcionando e duzentas paradas no pátio. Para combater a dengue, temos duzentos carros parados. É um buraco sem fim. Há falta de dinheiro e problemas de gerenciamento. Vamos tomar medidas emergenciais, mas há coisas que não podem ser solucionadas a curto e médio prazo. Existem problemas de 17 anos atrás.”

A CULPA É DE QUEM?

“Gostaria de ter na ponta da língua a resposta a essa pergunta. É fulano de tal. Mas, por enquanto, não sei nem ao certo a dimensão dos problemas da secretaria, que é enorme e tão antiga quanto Brasília. Quanto ao Frejat (Jofran Frejat, secretário de Saúde em quatro diferentes oportunidades), pode-se dizer que o nome dele é ligado à saúde do Distrito Federal. Se você vê a rede montada, lembra do Frejat. Mas ele também pode ser responsabilizado pela situação que está aí. São as vantagens e desvantagens de ter passado tanto tempo à frente da secretaria. Agora é hora de renovação.”

FALÊNCIA DO ESTADO

“Acho que o Estado deveria assumir que é incompetente para cumprir a Constituição e cuidar da saúde do cidadão. O terceiro setor deve ser chamado a colaborar com essa questão. É isso que estou fazendo com esse grupo de apoio, pedindo o apoio da sociedade civil. Hoje, a saúde que o Estado pode oferecer está dez anos atrasada em relação ao que a tecnologia e o sistema privado oferecem. Ao mesmo tempo, a população tem maior acesso, por meio da mídia, ao que há de melhor. E vai sempre exigir o tratamento mais moderno.”

CRÍTICAS AO GOVERNO

“As críticas que fiz no passado, como presidente do Sindicato dos Médicos, não eram específicas ao governo ou ao governador. Mas ao sistema como um todo. Na época, meu papel era defender a relação capital/trabalho. Agora, como secretário, tenho de me preocupar com a população do DF. Mas chegará a hora em que terei de fazer pressão no governo o qual faço parte. Cheguei a dizer ao governador que Brasília não é verde, nem azul, nem vermelha. Brasília é do povo.”

RELAÇÃO COM A JUSTIÇA

“Vamos procurar todos os setores da Justiça para conversar sobre a situação. Sou contra essas ordens judiciais que mandam dar remédio a um paciente. Isso resolve o problema de apenas um doente. Se eu receber uma intimação para comprar remédio, tenho de cumprir, do contrário serei preso. Mas, na compra de urgência, pago até três vezes mais caro, porque tenho de ir direto ao fornecedor que tem o produto.”

DISTRIBUIÇÃO DE REMÉDIOS

“Temos de padronizar com os médicos da rede pública os remédios a serem distribuídos na rede do Distrito Federal. Principalmente no caso de câncer. Hoje, cada médico receita uma droga diferente. Como a secretaria não tem essa variedade, o cidadão, no seu direito, vai à Justiça para obter o remédio. A crise causou um medo tão grande na população que as pessoas vão à Justiça até mesmo para fazer estoque.”

FORÇA POLÍTICA

“Minha maior força para o exercício do cargo é a classe médica de Brasília. Mas participei de uma campanha e fiz contatos com políticos. Tive 6250 votos. Tenho apoio de dois deputados distritais do meu partido, (Eliana Pedrosa e Fábio Barcellos, do PL).”